



# As variáveis do cardápio

Barreiras tarifárias, educação, insumos, distribuição. Estes e outros fatores permanecem decisivos na crise dos alimentos e não desaparecem com o mero aumento da produção

POR JULIANA ARINI  
ARTE DIGITAL RICK BRUNHARO

**A**s mudanças climáticas e o crescimento gradual da população, que este ano ultrapassará 7 bilhões de habitantes, reviveram um temor que parecia coisa do passado: a falta de alimentos. A insegurança cresceu a partir de 2008, quando o aumento no preço dos alimentos, por causa da crise financeira mundial, fez crescer o número de desnutridos – definidos como aqueles que consomem menos comida do que seria necessário para manter um ser humano vivo. O índice chegou a saltar de 950 milhões para 1,023 bilhão de pessoas, estabilizando-se, em 2010, nos 925 milhões.

Governantes, grandes corporações do mercado de alimentos e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) alertaram que a solução para o problema exigiria o aumento da produção agropecuária em 70%. Apenas isso poderia garantir alimento para os 9,2 bilhões de habitantes que compartilharão terra, água e comida em 2050.

O clamor pelo aumento da produção de comida inclui outro componente, a reivindicação de “democratização” nos padrões alimentares. Este é o anseio de uma emergente classe média chinesa, africana e latino-americana, que aspira adquirir hábitos de consumo similares aos dos americanos, ou seja, ingerir 3.900 calorias diárias, algo ainda 30% acima da realidade média de um chinês.

Além do aumento nos preços e dos anseios de consumo, as mudanças climáticas são a terceira razão para o ressurgimento do fantasma da falta de comida. Estudos do International Food Policy Research Institute (IFPRI) mostram que as regiões tropicais serão muito mais afetadas pelas mudanças climáticas que as temperadas, o que faz o problema da desnutrição ganhar um peso maior nas áreas rurais de países em desenvolvimento, como sul da China, Índia e na região dos fruticultores do Brasil, nas quais a agricultura é uma das poucas atividades capazes de gerar renda e subsistência.

## O mapa da fome no mundo revela que a produção de alimentos

Mas é apenas comida o problema? Questões como uma melhor distribuição das produções e a superação de carências sociais, como o acesso à saúde e à educação, também não estariam embutidas no impasse da insegurança alimentar?

O mapa da fome no mundo traz alguns dados de interesse para a discussão. Cerca de 817 milhões de famintos vivem na Ásia, na região do Pacífico e na África Subsaariana, (territórios notórios por serem grandes importadoras de alimentos). No Brasil são cerca de 16,3 milhões de famintos, concentrados – segundo o IBGE – no Nordeste e no Norte. O Maranhão é o estado onde a situação é mais grave.

No entanto, apesar de todas essas questões, é justamente nas regiões do planeta mencionadas acima que a produção de alimentos tem aumentado. “As lavouras crescem em um ritmo superior ao da população, mesmo na África, onde a fome é um problema crônico em muitas regiões, como o chamado ‘Chifre’: Etiópia, Somália e Eritreia”, diz Walter Belik, coordenador do Núcleo de Pesquisas em Alimentação da Unicamp.

O Brasil segue a mesma tendência mundial, e o Maranhão – onde os índices de desnutrição estão entre os maiores do país – virou um dos grandes produtores de grãos como a soja. Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mostram que, até maio de 2011, foram colhidos 1,6 milhão de toneladas de grãos no estado.

### O FATOR COMÉRCIO

Mas por que o aumento da produção de alimentos não acompanha a redução da desnutrição nessas regiões, tal qual sugerem os políticos que clamam pela intensificação da produção de grãos no mundo?

A questão comercial pode ser a resposta. Com a alta das commodities e a especulação no mercado financeiro, o que regula o preço da comida nem sempre é apenas a lei da oferta e da procura. Nesse ambiente há pouco controle sobre o preço mínimo para a comida, pois países mais industrializados – e com maior força de mercado – impõem fortes barreiras comerciais para impedir a entrada de produtores de mercados emergentes. Assim, a comida ganha um valor de mercado que não reflete necessariamente o interesse do consumidor final, que depende dela para sobreviver. Esse problema afeta diretamente a agricultura do Brasil, como alerta o ex-ministro brasileiro José Graziano, recém-eleito para o cargo de diretor-geral da FAO: “O alto preço dos alimentos não é um desequilíbrio temporário. Enquanto não alcançarmos uma situação financeira global mais estável, os preços das commodities refletirão isso”, disse numa entrevista recente, em Roma.

Os insumos são um exemplo de como a questão comercial impacta os alimentos. Em 2008, um dos grandes responsáveis pelo aumento dos preços na comida foi a alta do petróleo. Dele deriva grande parte dos fertilizantes e defensivos contra pragas – os famosos NPK (Nitrogênio, Fósforo e Potássio), que trouxeram o milagre das grandes lavouras onde antes era impossível plantar, como no Cerrado brasileiro. “Em uma agricultura de larga escala, é fundamental o uso de defensivos, que representam até 30% do preço final do alimento”, diz Belik, da Unicamp. “E, no caso do Brasil, grande parte desses defensivos são importados, o que influencia diretamente o preço dos alimentos. Toda vez que os insumos sobem, o preço é repassado ao consumidor final da comida.”

Tentando minimizar esse problema, empresas brasileiras, como a Vale, estão investindo na extração e produção de insumos. No entanto, a iniciativa ainda é insuficiente para abastecer o mercado nacional. Ou seja, o Brasil produz alimentos em proporção para ter sua soberania alimentar garantida – mas depende dos defensivos estrangeiros para plantar.

A mudança nos hábitos alimentares gerada pela agricultura de exportação é outro problema. Até 1950, o brasileiro tinha o milho e a mandioca como base de sua alimentação. Ou seja: comia-se broa e farinha. São culturas viáveis no fundo de um quintal. Com a entrada do trigo americano, passamos a consumir pão. Porém, o Brasil não produz trigo

## tem aumentado justamente onde se concentram os famintos

suficiente, e hoje depende de sua importação da Argentina. E o preço do pãozinho, produto da cesta básica brasileira, está sujeito às negociações do Mercosul.

A doação de alimentos é outro ponto crítico quando o assunto é fome. Em muitos países africanos, a dependência da comida doada gerou o abandono total das lavouras, e até serviu de estímulo para guerras, pois as doações acabavam como mercadoria de troca para guerrilhas e ditadores. “A doação é uma falsa forma de combater a fome, pois serve apenas para manter o preço dos alimentos estáveis em certos países. Uma política comum tanto nos Estados Unidos quanto na França”, diz Belik. A questão é tão grave que a Organização das Nações Unidas chegou a recomendar que os países não doem alimentos, e que vendam os seus estoques e façam doações em dinheiro a programas que ajudem na soberania alimentar dos países que sofrem com a desnutrição.

Ajudar os países vulneráveis às consequências das mudanças climáticas também vai além da doação de alimentos em situações de catástrofe. Entre as medidas possíveis encontram-se a instalação de sistema de alerta a secas e enchentes e a criação de “redes de segurança social”. Eric Wood, professor da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, vem desenvolvendo com a Unesco justamente esse tipo de sistema. O projeto vai fazer a previsão meteorológica para secas no continente africano. A ideia é que exista um sistema de alerta mais rápido, que possa ajudar os países que sofrem com o problema a se preparar antes que as catástrofes saiam do controle. Infelizmente essas iniciativas ainda não contam com grandes investimentos.

Para John Hoddinott, do IFPRI, especialista da Rede de Sistemas de Alerta contra a Fome, é preciso, além disso, criar uma rede permanente que facilite o acesso dessas populações a empregos, em setores públicos que atuem junto com esses sistemas, como uma forma de troca por alimentos ou dinheiro que possa ajudar durante os períodos de seca.

### EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Estudos do Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen apontam que esse pode ser um dos caminhos. Segundo Sen, embora a produção agrícola seja possivelmente capaz de prover de alimentos todos os habitantes do planeta, para superar o problema da fome é imprescindível que ela passe por novos caminhos, como o aumento da democracia, e por políticas públicas que permitam que os alimentos cheguem aos que não podem produzi-los, ou comprá-los. Para isso é fundamental que os subnutridos possam fazer do aumento da produção agropecuária um sistema de emancipação social. Além do acesso à terra, eles também precisariam de crédito, de assistência técnica e de uma inserção adequada nos mercados.

Outro dado importante é a relação apontada pelo IBGE entre desnutrição e educação. Quanto maior o nível de escolaridade, menor a insegurança alimentar. Não é a toa que, dentro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, propostos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), erradicar a extrema pobreza e a fome é a primeira das metas para reduzir as desigualdades sociais do mundo.

O Brasil é um dos países que parecem caminhar na direção mais próxima da solução do problema. Programas como o Bolsa Família, de transferência direta de renda em benefício de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, contribuíram para a queda da pobreza extrema de 12%, em 2003, para 4,8% em 2008.

O microcrédito, ideia difundida pelo bengali Muhammad Yunus – ganhador do Nobel da Paz em 2006 –, é um exemplo de programa que ajuda a combater a fome por meio de outras abordagens, como o acesso ao crédito e à educação. Com três décadas de sucesso e 7,5 milhões de clientes, em Bangladesh, que tiveram acesso a US\$ 7 bilhões por meio do Grammeen Bank, Yunus mostrou que o combate ao fantasma da fome vai muito além do mero aumento da produção de alimentos. 